OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»

ANO I N.º 1

JANEIRO 1938

JANEIRO DE 1938 N.º 1

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA
VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES
DIRECTOR TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»
SEDE PROVISÓRIA: LARGO DO CHIADO, 12, 2.º

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAV. DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

SUMÁRIO

COUSAS PASSADAS
pelo *Eng. A. Vieira da Silva*

AMIGOS DE LISBOA
por *Luiz Pastor de Macedo*

A SÉ DE LISBOA
pelo *Arq. António Couto*

ALGUNS APONTAMENTOS PARA A HIGIENE DA CIDADE
pelo *Dr. Arruda Furtado*

EXPOSIÇÃO DE ARTE DECORATIVA
pelo *Escultor João Silva*

TURISMO
por *Luiz Teixeira*

SÔBRE O PROBLEMA DO ABASTECIMENTO DE LEITE À CIDADE DE LISBOA
pelo *Dr. A. Monteiro da Costa*

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS
por *Jerónimo Münzer*

LISTA DOS SÓCIOS

ÈSTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS

OLISIPO

BOLETIM DO GRUPO
«AMIGOS DE LISBOA»

DANDO cumprimento ao dispôsto no art. 49.º, cap. XIII, dos estatutos do grupo, apresenta-se hoje o 1.º número de OLISIPO.

Com as dificiências naturais de uma publicação nascente e sem se poder, por enquanto, exceder um orçamento que a fôrça das circunstâncias torna limitado, OLISIPO, na sua apresentação, está longe de ser a revista que todos desejaríamos que fôsse, no entanto é de supor, que num futuro próximo, ela constitua um motivo de orgulho para todos os AMIGOS DE LISBOA.

Para isso nos esforçaremos.

Janeiro de 1938.

A DIRECÇÃO

COUSAS PASSADAS

pelo ENG. A. VIEIRA DA SILVA

DEPOIS do terremoto do 1.º de Novembro de 1755, que causou em Lisboa as suas principais avarias no vale da *Cidade Baixa*, e nas suas encostas oriental e ocidental, foi esta parte do povoado completamente remodelada na sua reconstrução, e a cidade começou a dilatar-se principalmente para o poente, e para o norte.

Para além do palácio da Inquisição, que ficava situado ao norte do Rossio, pouco distante do sítio onde é hoje o teatro Nacional Almeida Garrett, no vale ocupado pela Avenida da Liberdade e até à Penitenciária, eram tudo hortas e terrenos de lavoura, pertenças de particulares e de Ordens religiosas.

As comunicações entre as duas encostas dêste vale, ate ao sítio da rua das Pretas, faziam-se apenas por três ruas, ou caminhos por entre as hortas, e isso bastava para as relações comerciais e sociais doutros tempos.

A primeira rua, ou caminho em cotovelos, ligava a calçada da Glória com a rua dos Condes; nesta ficava, do lado do norte, a casa da Ópera, antepassada do nosso extinto teatro da Rua dos Condes, a cadeia do Tronco, de que permanece vestígio num pátio que tem entrada pelo n.º 135 da rua Eugénio dos Santos, e ainda o palácio dos condes da Ericeira, com fernte para esta última rua e entrada principal no local do nosso largo da Anunciada. Do lado sul da rua dos Condes levantava-se o palácio dos conde de Castel-Melhor, cujo proprietário, com o do palácio Ericeira, deu o nome à rua dos Condes.

O segundo caminho do vale era o seguimento da nossa travessa da Glória, que, depois de atravessar as hortas, ia incidir normalmente na estrada ou rua do Salitre, a qual dêsse ponto continuava até ao sítio do largo da Anunciada, onde se inseria na rua das Portas de Santo Antão, (hoje rua Eugénio dos Santos).

A terceira comunicação entre as duas encostas do vale ficava em frente da rua das Pretas, que já existia, e ligava-se a poente com o largo ou praça do Suplício, onde esteve a forca, e que hoje se denomina praça da Alegria; ao norte confinava êste caminho com a horta dos frades da Cartuxa de Laveiras, onde se construíram as casas que fechavam pelo norte a praça da Alegria de Baixo, demolidas quando se iniciaram as obras da Avenida da Liberdade.

Daí para cima, o vale, já muito espraiado, era atravessado diagonalmente pela rua ou estrada do Salitre, que começava no sítio do largo da Anunciada, e ia terminar, como hoje, no largo do Rato (praça do Brasil).

Dela saíam a travessa das Vacas e a rua da Horta da Cera, estabelecendo comunicação, a primeira com a praça da Alegria e a segunda com a rua de S. José, e ainda outras ruas e travessas, quási tôdas desaparecidas.

Em 1766 foi o Passeio Público, delineado pelo arquiteto Reinaldo Manuel, um recinto primitivamente cercado por muros de alvenaria, nos quais se abriam, de espaço a espaço, janelas gradeadas, com poiais ou assentos, como se vêem ainda em antigas quintas; êsses muros foram demolidos por 1834, ficando apenas um soco de cantaria, sôbre o qual se erguiam pilares distanciados, cujos intervalos eram preenchidos com gradeamento de ferro. Os da minha geração ainda se recordam destas grades, dos portões de ferro, dos três lagos e da cascata do topo norte do passeio, e das alêas de freixos e de outras árvores, de que ainda são sobreviventes, se não me engano, as duas araucárias em frente do cinema Condes.

Para a abertura da Avenida da Liberdade começaram as obras de remoção das grades e de demolição dos envazamentos e dos pilares, no ano de 1882. Depois rasgou-se a grande artéria que lá vemos, o que não deixou de representar um grande melhoramento para a cidade.

Os edifícios da Baixa foram reconstruidos, depois do terremoto, segundo um risco uniforme, com janelas de sacada no 1.º andar, de peito nos 2.º e 3.º, e trapeiras correspondentemente no telhado. Apenas na praça do Rossio ficaram com janelas alternadamente de sacada e de peito, o que, na opinião de Jacome Ratton, *faz com que esta praça perca huma grande parte da belleza que podia ter.* As janelas das sacadas justificavam-se pela necessidade de proporcionar maior iluminação ao andar inferior das habitações.

Na cidade de Lisboa desde muitos séculos que os misteres ou ofícios se exerciam em ruas privativas, que dêles recebiam os nomes; êsse costume tradicional foi convertido em disposição legal, no tempo de D. João I, pela carta régia de 6 de Junho da era 1423 (ano C. 1385), determinando-se que cada mister estivesse em sua rua. Depois do terremoto de 1755, esta providência, de incontestável vantagem para os industriais e comerciantes, pelo auxílio recíproco e mútuo entendimento, mas não menor para o público consumidor, que tinha certos os locais das especialidades de que tinha de se abastecer, foi novamente confirmada pelo decreto de 15 de Novembro de 1760, que marcava os géneros de comércio que se deviam *arrumar* nas vias públicas novamente traçadas. Porém, como a extensão da cidade aumentou então consideràvelmente, tal disposição já era considerada inconveniente, pela dificuldade de fornecimentos e de abastecimentos nos bairros mais afastados do centro comercial do povoado.

As ruas tinham passeios *utilíssimos*, segundo o Ratton, e as nossas reminiscências de criança deixam-nos ver ainda alguns dêsses passeios das ruas da Baixa, muito mais altos do que os actuais, talvez com uns 30 cm. de altura.

Foram de princípio guarnecidos com colunelos ou frades de pedra, que, na opinião do autor citado, não eram para louvar, não só pela despeza e extravagante configuração, mas porque ocupavam no passeio lugar tirado aos viandantes, convindo por isso que só existissem nas esquinas, para impedir que os carros e carruagens, ao voltar, passassem por cima dos passeios.

Estes colunelos serviam também, nessa época, para encastramento de varões de ferro, onde se prendiam os toldos das lojas.

Havia na cidade anterior ao terremoto várias ruas, cujas casas tinham arcadas no andar terreo, que serviam para a circulação a coberto da chuva, e para as quais abriam as portas dos estabelecimentos comerciais. Entre outras, mencionaremos o pátio da capela real a rua Nova dos Ferros, parte da praça da Palha, e o lado oriental do Rossio, por baixo dos dormitórios e de outras casas do convento de S. Domingos e do hospital de Todos-os-Santos.

Aqui, e naturalmente nas outras arcadas, os balcões dos estabelecimentos ficavam nos vãos das portas dos mesmos, e o público comprador estacionava na galeria das arcadas, protegido do sol e da chuva. Segundo me contaram, ou li algures, depois do terremoto os balcões das lojas, ou de algumas lojas, eram também no vão das portas, ficando os compradores nos passeios, à mercê das intempéries, ou abrigados pelos toldos. Depois é que recuaram os balcões para o interior dos estabelecimentos, medida de grande utilidade para os fregueses.

Os colunelos ou frades das ruas da Baixa foram retirados pelo ano de 1836 e implantados nas praças do Terreiro do Paço e do Rossio. Desta última praça existe uma vista litográfica, do ano de 1839, hoje muito divulgada, que nos mostra os colunelos de pedra ligados uns aos outros por correntes de ferro, em todo o perímetro da placa central da praça, deixando doze entradas para o centro. Serviam assim, melhor que as posturas municipais, para impedir a passagem aí dos veículos e dos animais de carga.

No meio do século passado, de Agôsto de 1848 a 31 de Dezembro de 1849 foi a praça calcetada pelos grilhetas do castelo de S. Jorge, com empedrado de basalto e de lioz, às ondas pretas e brancas, que era uma das mais típicas curiosidades da cidade; nessa ocasião foram finalmente desterrados os frades, com as suas correntes de ferro.

Nos nossos tempos, em 1919, foi êste atraente empedrado, para satisfação dos caprichos de uma vereação indiferente aos protestos da opi-

nião pública, demolido para facilitar (!) a circulação dos veículos. Os factos vieram mostrar que o desmancho do mosaico do taboleiro do Rossio foi obra completamente inútil, os veículos não transitam, nem devem transitar pela região central da praça, dando assim razão aos que diziam que a modificação do Rossio não devia fazer-se, ou, pelo menos, da forma tão infeliz como foi. Perdeu-se uma curiosidade citadina, tão apreciada por nacionais e, sobretudo, por estrangeiros.

Mas a sorte do malfadado Rossio não ficou por aqui. Arquitecturas fantasistas, destoando do tom geral e uniforme dos prédios pombalinos, vieram dar notas berrantes e destemperadas no aspecto do Rossio, que fariam morrer de tristeza o Jacome Ratton, se algum dia pudesse voltar a contemplar a praça que êle considerava tão bela!

Em 1934 abriu-se um concurso para o estudo do projecto do embelezamento das fachadas dos edifícios circundantes da praça, mas êsse concurso só serviu para obrigar os nossos arquitectos a prodígios de engenho e de fantasia, para a Câmara Municipal dispender uns tantos contos, sem que se tenha colhido o mínimo proveito ou resultado prático. E, como amigos de Lisboa, o que desejaríamos é que o assunto fôsse tratado séria e sensatamente, sem devaneios inexequíveis, e que um dia pudésse mos ver emfim o Rossio reintegrado no seu estilo pombalino, apenas retocado e enriquecido, para lhe dar um aspecto de maior opulência e conforme com as modernas exigências da estética urbana.

Bilhete de passageiro em 1841

AMIGOS DE LISBOA

por LUIZ PASTOR DE MACEDO

Palavras proferidas na reünião efectuada entre os sócios fundadores, para discussão e aprovação dos estatutos do grupo.

DATA de há muito a ideia de se formar um grupo de *amigos de Lisboa*. Porém, circunstâncias de momento, não permitiram então que êle se constituisse, o que nem por isso tornou a ideia menos valiosa. Tal qual a semente lançada em bom terreno, ela frutificou, tornando assim possível encontrarmo-nos hoje aqui no limiar da vida associativa a favor da nossa Lisboa.

Mas a função do grupo não fôra definida. Sentira-se a necessidade da sua existência, mas não se chegara a fixar os seus objectivos. E assim, depois de eu ter tido ensejo de reavivar a ideia numa ocasião onde muitos e prestantes lisboetas se encontravam reünidos, tomei a liberdade de convidar algumas das pessoas que mais se têm interessado pela vida da cidade, para, enfim, nos decidirmos a formar o grupo. E ficou constituída uma Comissão Organizadora: a que hoje a VV. Ex.as apresenta o projecto dos estatutos dos «Amigos de Lisboa».

¿Deveria ter o grupo um carácter romântico apenas? A Comissão Organizadora entendeu que deveria ter principalmente um carácter científico.

E, pensando bem, nem poderia deixar de ser assim: no primeiro caso seríamos principalmente amigos de nós próprios; no segundo seremos verdadeiramente amigos da cidade e da sua população.

Vejamos agora se êste nosso agrupamento pode ser útil:

O presente século industrial e motorizado, as exigências da vida actual, o rápido crescimento das cidades, a sua transposição da linha urbana calculada nos tempos do estatismo ou da remodelação lenta, surpreendeu as administrações municipais, desorientou os próprios munícipes que se entretêm a considerar os problemas e os efeitos do urbanismo. Não há dúvida que, até aqui, as modificações da vida moderna têm-se dado sem a necessária, ou sequer aproximada previsão e mesmo sem que para as adaptar a um conjunto de planos delineados, houvesse a preparação precisa. Aliás, como muito bem nota um urbanista americano, os dispositivos sociais e político-económicos estão em regra atrazados em relação ao mundo de acção. Desta observação certíssima e do exposto, salta a necessidade de se enveredar pelo caminho do estudo, objectivando as soluções que a pouco e pouco nos fôr dado prever, por mais arrojadas que elas possam parecer. ¿Podem fazê-lo os organismos oficiais? Com certeza; mas o nosso grupo também o pode fazer, coadjuvando assim êsses organismos.

Também desejo apresentar a VV. Ex.as o seguinte ponto, não com o especial propósito de censura, mas como necessidade de verificar um facto: todos temos visto sucederem-se as administrações municipais, acontecendo quási sempre que a que vem depois segue uma orientação, quando não oposta, pelo menos diversa da da sua antecessora. Porquê? Simplesmente por razões políticas? Talvez por essa razão muitas vezes assim tivesse sucedido, mas também porque a falta de um corpo de doutrina e de um volume de opinião científica sôbre a vida da cidade, convida cada um a seguir um critério de ocasião e para o qual concorrem, como não podia deixar de ser, razões baseadas na sua própria maneira de ser.

É verdade que muitas vezes se debatem pùblicamente assuntos de interêsse olisiponense, no louvável intuito de esclarecer a opinião e colaborar na resolução de determinados proble-

mas, mas, sem querer menosprezar essa intenção, teremos de convir que algumas vezes ela é apresentada sem que seja antecedida do estudo necessário, o que, aliás, é mais nocivo ainda que o alheamento puro e simples do assunto. Importa, pois, criar êsse volume de opinião científica.

Reparem ainda VV. Ex.as: a vida de uma cidade — di-lo um professor — pode evolucionar por disposição autocrática ou por assentimento consciente da população. E que tem sucedido em Lisboa? Tem-se dado o primeiro caso, talvez por impossibilidade de fazer-se com que se dê o segundo, e assim, quási tôdas as disposições municipais são acolhidas com indiferença, sem se lhes reconhecer o alcance e a necessidade, isto é, nota-se uma mera obediência em vez duma exacta compreensão, quando não se verifica uma oposição aberta que já tem chegado a fazer perigar a ordem pública. Parece assim tornar-se indispensável a preparação da opinião pública. E como a população usa mais do seu sentimentalismo do que da sua inteligência, ainda é dominada mais pela emoção do que pela razão, torna-se preciso também que se considere em «todos os problemas, mesmo no campo técnico ou económico, o seu aspecto psicológico», a forma da sua apresentação, a maneira de fazer-se desejar a sua solução consoante o interêsse citadino.

Quanto a mim, está aqui a principal razão da existência do grupo dos «Amigos de Lisboa». Competir-lhe-á esclarecer e educar a população, pôr em confronto a vida de outras cidades, fazer a propaganda dos princípios modernos da administração municipal, dos planos renovadores, preparar os interessados na defesa da sua colectividade contra o interêsse descabido de cada um, fazer ressaltar as boas iniciativas para que sejam apoiadas e indicar as más para que sejam combatidas, em conclusão, transformar a «Opinião Pública» em verdadeira «Consciência Pública».

Mas a utilidade do grupo estende-se ainda mais: dia a dia, o interêsse pela história da cidade avoluma-se, facto verificado não só pelo aumento do número de estudiosos, como pelo aumento do número de leitores que esgotam os trabalhos que vão saindo dos prelos. Como último exemplo, temos a 2.ª edição da «Lisboa Antiga» do inolvidável Mestre. Verifica-se sem esfôrço a vantagem da existência da nossa secção de «Estudos históricos e de defesa do património olisiponense».

Mas ainda há mais: a utilidade da secção «Movimento cultural e de propaganda» é evidente. ¿Quantas exposições de interêsse olisipógrafo não poderão ser promovidas, quantas evocações históricas não poderão ser realizadas, quantos acontecimentos não poderão ser provocados para ilustração do Povo? ¿E sôbre propaganda quanto não há ainda a fazer, como seja, por exemplo e simplesmente, mostrar Lisboa aos próprios lisboetas?

Senhor Presidente e
Meus prezados confrades:

Na minha consciência arruma-se hoje esta certeza: o grupo dos «Amigos de Lisboa» pode ter uma acção verdadeiramente útil. Depende apenas da nossa vontade. E para constituir-se nessa utilidade não necessita de arvorar-se em orientador da administração municipal, nem intrometer-se nos seus serviços. Se pudéssemos admitir essa hipótese, VV. Ex.as de-certo não estariam aqui, e eu também não. Primeiro, porque muito respeito as prerogativas municipais, e depois pela circunstância especial de serem hoje administradoras da cidade pessoas com quem convivi e trabalhei, que considero e às quais reconheço o bom desejo de servir.

Essa utilidade advirá apenas da nossa fé e da nossa vontade postas ao serviço da iniciativa. Não escondamos, porém, que a vida do grupo está à mercê dos seus primeiros tempos de existência. Mas se nos esforçarmos para que passe e depressa a sua idade vacilante e perigosa, se conseguirmos dar-lhe consistência e um lugar condigno na vida citadina, a nossa Lisboa dos mil encantos, das pitorescas colinas e do magnífico Tejo agradecer-nos-á por intermédio das gerações vindouras, se não nos agradecer em seguida por intermédio das nossas consciências.

Eu por mim tenho fé, tenho mesmo muita fé, e para o bom êxito desta ideia ofereço incondicionalmente o meu préstimo.

A SÉ DE LISBOA

(NOTAS SÔBRE A SUA ANTIGA TRAÇA)

pelo ARQUITECTO ANTÓNIO DO COUTO

Há vinte anos, quem visitasse esta antiga igreja dificilmente poderia ajuïzar da forma do seu primeiro traçado, tantos foram os enxêrtos que se lhe juntaram e tantos os motivos com que pretenderam embelezar a simplicidade arquitectónica do seu interior. E daí nascerem os erros em que diversos autores incorreram e a deficiência das suas narrativas dêste monumento. O visitante, por seu turno, sentia-se preso por hesitações, quando percorria as naves e o claustro, ou o perímetro da linha exterior, porque só a custo deparava com quaisquer vestígios do estilo da primitiva construção.

No interior, o paramento dos pilares, das paredes e abóbadas, tanto das naves como do cruzeiro, encontrava-se de todo entaipado por uma arquitectura de estilo clássico em molduras de estuque, deixando apenas perceber, pela sua forma, que existia debaixo o românico. Das duas absidíolas, que rematavam as colaterais, e da capela-mor, românica, já nada se via, pois tinham desaparecido, há muito, para dar guarida à charola gótico-afonsina. Esta, por sua vez, teve que ceder o lugar, do seu carácter e pormenores, aos vistosos figurinos dos estilos arquitectónicos que lhe sucederam. Obras de talha, estuque e mosaico encobriam as paredes, colunelos e nervuras das lindas capelas absidais, e um fôrro de cantaria tapava, por completo, os elegantes janelões de cada para poligonal da capela-mor, gótica. Fizeram arrecadações para o culto e vários edifícios para habitações, em diferentes pisos, pelos claustros e cêrca. Dispuzeram-os tão à tôa que desnaturaram a vetusta feição dêsses trechos. Júlio de Castilho, numa frase, confessa-nos as suas dúvidas: «*...e, onde por acaso penetro, dificuldade maior que de descobrir as nascentes do Nilo*».

No exterior, a fachada norte dilue-se quási totalmente, submergida pelos corpos que se lhe encostaram; na do sul, só os dois primeiros tramos da nave ficaram à vista, estando mascarados os outros quatro, pelo corpo da sacristia actual.

Poderia alguém dizer que, sob estes anacrónicos e sobrepostos enxertos jazia uma igreja de planta basilical de cruz latina, concebida na mais correcta forma, e com acentuados caracteres da escola românica da Normândia?! .. Pois assim a observariam pelos fins do século XII os urbanistas de Lisboa. Do Tejo e dos subúrbios da capital, seria com espanto que se veria destacar, por entre o casario minúsculo da cidade, a sua alta e grossa tôrre do cruzeiro, símbolo da fôrça e do prestígio da catedral.

Entendem alguns escritores, e entre êles Sackur, no seu *Die Cluniacenser*, haver sido os monges lombardos que levaram do norte da Itália para a França os processos e os conhecimentos de bem construir da arte românica, aí já muito desenvolvida. Originariam a escola da Normândia. S. Maieul, abade de Cluny, convidaria o monge Guilherme, natural da região de Novara, para instituir ou reformar grande número de mosteiros. Outros atribuem essa origem ao monge Lanfranc, nascido em Pavía, grande reformador de abadias, não só no setentrião da França como na Inglaterra, onde proliferou à larga essa escola, conforme o atestam, ainda hoje, as célebres catedrais de Cantorbery, Ely, Winchester, Durham, Norwich, Peterborough, etc. Uma terceira ala de especialistas no assunto inculca a primazia da referida escola à famosa associação de pedreiros *(magistri-comacini)*, oriunda também do norte da Itália.

Ninguém ignora que esta escola, depois que o normando Rollon e os seus companheiros se

converteram ao catolicismo, se expandiu a valer, o que se prova com o vasto número de igrejas que êle mandou edificar no país, propagando-se por tôda a costa que os cruzados percorriam, quando iam, nas suas armadas, à conquista dos Lugares Santos (Palestina).

Viria algum discípulo dos monjes Guilherme ou Lanfranc na frota que ajudou a tomar aos sarracenos a futura capital portuguesa?!... Seria êle quem deu o risco para a Sé de Lisboa, de que foi primeiro bispo o normando Gilberto?!... Não me custa acreditá-lo, pelas seguintes suposições: 1.ª — A influência que teria êsse religioso na escolha do arquitecto; 2.ª — A fama dos monjes construtores, e guerreiros, que acompanhavam os cruzados; 3.ª — O confronto dos caracteres que se encontram no plano da Sé de Lisboa com as formas adoptadas pela supradita Escola Normanda.

As representações ou distinções principais dessa Escola salientam-se de sobra aqui: Planta de cruz latina de três naves e com capelas absidais de frente, no eixo das mesmas. Ausência de charola. Cruzeiro com grande tôrre quadrada, repousando sôbre trompas, e saindo do destorcimento das colaterais na largura dum tramo das naves, como ordena o estilo. Abóbadas de bêrço na nave central (no seu início, coberta de madeira), e nas colaterais, de aresta no piso do templo; no andar superior, cobertura de madeira, com galeria aberta para a nave central. Decoração pouco profusa, predominando a folhagem e os perfis simples, mas de uma correcção que raro se nos depara superior.

Devia ter sido um hábil arquitecto o traçador corajoso da interessante igreja, porque, bem concebida e equilibrada a sua planta, revela harmonia de forma e felizes proporções no seu alçado. Pode considerar-se o nosso mais paradígmico monumento, como tipo duma Escola.

Pena é que a remendagem dos tempos nos prive de examinar o seu conjunto, qual o delinearam, ao projectá-lo, há séculos. Uma parte do edifício esconde-se debaixo de trechos arquitectónicos doutros estilos, alguns de real valor, e a outra, a das absidíolas, demoliram-a para a substituir pela charola gótica. Lastime-se que nos seja impossível desembaraçá-lo inteiramente dos anexos que envolvem o primitivo plano românico do século XII, porque a parte da charola que revezou as absidíolas é do melhor estilo gótico, primário, que possuímos, quer na composição, quer no pormenor, com capitéis e fechos de nervuras admiráveis. Praticaria um crime de lesa-arte quem tentasse destruir êsses pormenores, ainda que viesse a repôr os desaparecidos trechos românicos. Torna-se impossível, igualmente, ressuscitar a primeira fachada norte, por serem de valor histórico e arqueológico os dois distintos corpos do edifício que nela surgem — a capela de Bartolomeu Joanes e o tesouro velho. Contentemo-nos, pois, de saber que hão-de concluir-se, restaurados, o interior da igreja, a fachada principal e a do sul, desimpedida aquela da cachorrada superior das tôrres, e esta da moderna sacristia. Tais revivescências facultam-nos uma ideia muito próxima da catedral que D. Afonso Henriques fêz levantar.

Devido a um trabalho aturado e consciencioso, e perspicazmente seguido na sua eficácia, pelas Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que nele intervem, tem-se imprimido às obras da Sé, sobretudo nos últimos anos, um tão grande impulso que já nos exibem, naquilo que se pôde reintegrar na forma primitiva, um claro conjunto arquitectónico, porventura mais estético, dentro do rigoroso espírito da época. Assim, não deve cair em erros ou incertezas, doravante, o excursionista desprevenido. Serve até para lição de arte, na classificação de estilos, aos rapazes das escolas, como várias vezes tem sucedido, e aos que desejam conhecer a história do monumento.

Ao crítico de boas intenções deve satisfazer a tarefa realizada, se não se inspirar em propósitos acintosos, ou numa atroz inconsciência, o que é vulgar, nesta nossa terra, onde não existe o mínimo respeito pelo esfôrço alheio.

ALGUNS APONTAMENTOS PARA A HIGIENE DA CIDADE

pelo Dr. ARRUDA FURTADO

Há que dar notícia da Higiene nesta cruzada que a bem de Lisboa se propoz um grupo de amigos de tão linda e valiosa terra. Mal seria que de higiene se não falasse já neste primeiro número do Boletim do Grupo, pois logo se diria que nos esquecíamos dos males de que enferma a sua salubridade e que tanto molestam os seu vizinhos. Mas, ao cometer-se-me o duro encargo, logo pensei que fàcilmente se veria em mim um inimigo da cidade se eu saísse a terreiro para apontar males e defeitos; e assim de tal fugirei, procurando traduzir, em ligeiros fragmentos, as observações, os reparos, as notas e os conselhos que justifiquem o título dêste artigo e sejam singelo motivo para que de certas questões se fale, lembrando cada qual o que mais acertado lhe pareça, em boa crítica, que o seja por seguro espírito de justiça e socegado estudo ou experiência. Perdôe-se-me a vaidosa esperança, pela boa intenção.

I — A GUERRA E A HIGIENE DA CIDADE

a) *Águas.* — Um dos problemas a resolver dentro da cidade, como dentro de uma povoação qualquer, abastecida de água de rêde pública, em quantidade suficiente e devidamente fiscalizada, é o da eliminação de outras águas que escapem a essa fiscalização e de cuja origem tenha de suspeitar-se.

Teòricamente, uma vez realizado o abastecimento em via de curso e com a garantia devida das águas lançadas na rêde pública, as inúmeras águas do sub-solo da cidade — as dos poços, que são milhares; as de fontes e as de minas; muitas averiguadamente más, outras, a maioria, seguramente suspeitas; raríssimas parecendo boas, mas quási sempre sem possibilidade de garantia; algumas apreciadíssimas pelas virtudes que se lhes atribuem ou pelo paladar e frescura que possuem; muitas salôbras; tôdas essas, salvo quási só as minero-medicinais, deveriam ser impedidas de uso doméstico ou médico, aproveitadas apenas para regas as que para tal se justificassem pela sua situação e valor económico.

A defesa da cidade contra infecções de origem hídrica só assim pode ter um comando único e uma garantia melhor.

E se uma guerra estalasse? Seria possível o corte das águas da rêde pública, pelo menos das suas principais origens? Alguns torpedos aéreos não o fariam fàcilmente?

Sem a guerra mesmo, um grande desastre, um sismo ou outro movimento geológico não o poderiam fazer, e até com piores resultados?

Seja como fôr, ¿há em absoluto o direito de suprimir uma riqueza do solo, como se se salgasse o terreno, à velha maneira? Até fora do uso doméstico, as águas perdidas não poderão um dia servir sabe-se lá para quê?

Que fazer, então?

Sanitàriamente, hà que regular o seu uos como águas potáveis; socialmente, há que fazer o seu inventário e evitar a sua perda, impedindo embora os seus prejuízos.

As indicações para o estudo a fazer poderão obter-se fàcilmente nos registos das Direcções Gerais de Saúde Pública e de Minas e Serviços Geológicos, nos da Câmara Municipal e nos do Govêrno Civil e da Polícia.

b) *Caves.* — Têm os Serviços de Saúde lutado pela sua condenação como locais de trabalho ou de habitação; e nesta cidade de tão grande área procuram mesmo alcançar que a sua construção se evite o mais possível, o que seria o melhor meio de impedir a sua utilização inconveniente.

Lutaram contra nós os proprietários, além de

que, em terra tão acidentada, por fôrça que largamente, nas encostas, os pavimentos se enterram, por vezes, em sobreposições sucessivas.

Estas caves, sobretudo quando as determina a configuração e o relêvo do terreno, podem agora ser abrigos a considerar na defesa contra bombardeamentos aéreos e gases de guerra.

Em cidade aberta e ravinada como a nossa, a poucos quilómetros do mar e a uma hora de vôo da fronteira, o problema tem interêsse enorme e poderá ter até aspectos especiais que origine o regimen de ventos nos vales fundos.

As meia-encostas poderão ser talvez larga base de implantação para refúgio de pessoas e guarda de materiais de guerra e de quartéis. E sabe-se como se sucedem, mesmo na área antiga da cidade e à sua volta, cotas até 80 e 100 metros, por vezez, em ascenção rápida.

Era em túneis escavados na base dos montes da Outra Banda que Manuel de Vasconcelos, que organizou entre nós a Higiene do Trabalho, pretendia que se instalassem os grandes depósitos de petróleo e gasolina.

Convém que estes problemas se estudem e que se revejam e refaçam as doutrinas que regulam as construções de caves e de subterrâneos, ajustando-se o aproveitamento dos locais à higiene geral em tempos normais e dispondo-se os que possam servir de refúgio e os refúgios que se façam, por forma que a sua utilização se torne higièmicamente possível pelo tempo que dure o alarme de gás.

Agôsto de 1937.

EXPOSIÇÃO DE ARTE DECORATIVA

pelo Escultor JOÃO DA SILVA

Porque não tentar fazer em Lisboa uma Exposição de Arte Decorativa?

E a realizar-se, nós cremos que a deveríamos desdobrar fazendo duas. Uma, em que se englobaria tudo quanto abrangesse a escultura; outra, em que só a pintura, nas suas múltiplas manifestações, pudesse aparecer.

Estamos plenamente certos de que essas duas exposições, realizadas uma após outra, seria uma grande revelação, nesse vastíssimo campo de arte aplicada, e só depois ficaríamos sabendo com exactidão até onde nos poderá levar a nossa soma de conhecimentos nesse campo.

Em 1925 sabíamos que não estávamos em condições de poder figurar numa exposição de arte decorativa, como aquela que realizou a França nessa data.

Se avaliarmos as nossas indústrias pela forma como está organizado o nosso ensino de arte aplicada, queremos crer que estaremos hoje como estávamos nessa data. Mas resta-nos uma esperança, que é a da acção individual dos nossos artistas e dos nossos industriais nesse campo. Nós sabemos quanto a decoração é uma necessidade do espírito humano. Pois não vemos o próprio homem, mesmo o inculto, decorar tudo?

E nessa preocupação inata está a radiação constante da sua própria vida, de que êsse prazer é um reflexo.

Ornamentar uma moradia é embelezá-la, e isso consiste em dar ao local que habitamos, ou àquele que de preferência escolhemos, umas condições de indispensável equilíbrio que nos leva a sentirmo-nos bem ali.

Essas condições só são atingidas quando os motivos escolhidos são realizados em proporções de uma harmonia tão perfeita que a figura humana se não ache deslocadada nem diminuída. Qualquer de nós, certamente, já passou por essas sensações quando entramos numa casa e dizemos — porque o sentimos: «Como isto tudo é pesado!» Ou inversamente, quando sentimos a impressão agradável que nos leva a preferir uma sala, uma meza, um quadro ou um objecto, um recanto de jardim, um lugar em frente de uma janela, etc....

Estes locais — podemo-lo dizer, quando êsse facto se dá — têm características que se moldam à nossa psicologia, ao nosso sentimento, e quanto mais cultos formos estèticamente, maiores serão essas exigências e maior será também o gôzo que tiramos dêsse contacto.

O mesmo podemos dizer dos objectos para nosso uso pessoal, pois preferimos sempre aqueles cuja forma ou ornamentação se moldam ao nosso sentimento.

Devemos pensar em dar ao local em que a nossa vida gravita, o maior confôrto, em vista sempre de uma grande simplicidade. Esta atmosfera própria será um desdobramento de nós mesmos, e ela explicará, melhor do que qualquer pessoa o saberia fazer, o que nós somos, pois a vida aparece aí, com os vincos profundos da nossa personalidade.

Ornamentar, como vemos, não é seguir a fantasia com maior ou menor capricho, em que o espírito, numa fuga desordenada, vai mais para o cenográfico, em que o homem fica reduzido a espectador, do que para a realização de motivos que o rodeiam, na sua vida de homem civilizado, em que êle próprio é o actor da cena, em que deve figurar, viver.

A decoração, por isso, não deve pois sair dos limites humanos, e tem que ser feita no campo da arte-aplicada, nessa escala, senão quisermos cair em aberrações.

Admiremos, pois, êsses espíritos de eleição em que o sentimento da medida e a auto-crítica, numa fusão perfeita, nos proporciona êsse bem-estar, criando tudo quanto nos possa deliciar.

Concebemos a realização de uma exposição ideal e desejaríamos que essa manifestação da

nossa actividade profissional excedesse o que dela podemos esperar, desejaríamos saber por meio dessa sondagem até que ponto estamos preparados.

Precisamos proporcionar aos nossos artistas decoradores a ocasião de os conhecermos melhor, de os podermos apreciar, e de ver até onde a sua cultura estética e o seu talento de realizadores os pode levar, para que essa exposição seja uma vasta lição cheia dos mais fortes ensiamenntos.

É preciso que compreendamos o fim a atingir. Nada de puerilidades nem de fantasias desarticuladas ou doentias que a ausência total de uma boa preparação permite germinar, revelando assim a falência completa do bom gôsto.

Nada disso.

TURISMO A RUA, OS SEUS CASOS E AS SUAS PERSONAGENS

por LUIZ TEIXEIRA

No pôrto de Lisboa desembarcam anualmente cêrca de duzentos mil viajantes. A maior parte desta corrente excursionista pouco se demora — algumas horas uns, um dia outros; são raros os que ficam mais tempo no convívio da capital. Vista a Tôrre de Belém, a Praça do «Cavalo Preto», a estufa fria, o museu dos coches e a porta dos Jerónimos, e cumprido o famoso itinerário da volta Sintra-Estoril, o turista recolhe ao seu navio de cruzeiro e parte em busca de outros horizontes.

Os estrangeiros provaram o vinho do Pôrto, foram assaltados por algumas floristas incríveis de deselegância e decrepitude, um ou outro ainda subiu ao miradoiro da Graça para ver o Sol morrer lá adiante num sangrento e espectaculoso suicídio, mas quási todos ficaram com um conhecimento apressado e superficial das nossas atracções. O que recordará Lisboa na memória do viajante que abalou é a «rua». Aqui está um elemento fundamental no valor turístico de Lisboa — as ruas da cidade. Perante a curiosidade dos turistas que passam, a rua não representa apenas a capital — o grau da sua civilização e o espírito, a subtileza, a intenção do seu sentimento próprio. A rua de Lisboa, na visão do viajante, define o país.

Prosperidade, saúde social que pode ser uma maneira de dizer tranqüilidade, confiança, bem-estar; educação fixada em consciência firme e exercida naturalmente, sem policiamento e sem multas; limpeza, frescura, graça; a alegria, o sentido do trabalho, a harmonia da vida sem desníveis assustadores e indesejáveis, tudo o que se encaminha ou orienta por determinação superior, se aprende por sugestão ou se mostra por tendência natural em revelação da alma e do viver do povo, se reflecte na rua e fica para os investigadores estranhos como um perfeito pretexto de definição geral dos índices morais da Nação.

Assim, consideramos a rua como um motivo turístico de importância especial.

Interessa-nos muito que o estrangeiro se embasbaque junto dos painéis de Nuno Gonçalves ou em face dos carros doirados do museu de Belém; achamos óptimo que êle fique meia hora a gozar a excepcional sedução do Terreiro do Paço, seguindo, entre as voltas cruzadas dos pombos e das gaivotas, a marcha das velas rio acima, emquanto a linda praça ribeirinha se enfeita no capricho geométrico das arcadas com as mais suaves e belas claridades dos luminosos dias alfacinhas. Mais do que isso, porém, nos contentará a certeza de que êle adivinhou, no cenário, casos e personagens da rua as qualidades do povo ou conseguiu, através dela, avaliar o estado da nossa mentalidade e o impulso da nossa ânsia natural de progresso e esfôrço construtivo.

* * *

Não compete ao Turismo a solução de problemas fundamentais da vida social. Êle pode, porém, ter oportuna intervenção quando essas questões se exteriorizam em factos e acontecimentos que contrariam bastante a acção que tem por objectivo conseguir um aspecto geral do país digno de provocar a mais agradável impressão nos excursionistas que nos visitam.

Um exemplo: o Estatuto do Trabalho Nacional condiciona o trabalho dos menores pelas exigências da moral, da defesa física, da vida doméstica, da educação e do bem social. O decreto n.º 24.402, de 24 de Agôsto de 1934 (Art. 6.º), estabeleceu os 12 anos como idade mínima de admissão ao trabalho e fixou naturais restrições para o trabalho nocturno dos menores de 16 anos. O que se passa em Lisboa com os vendedores de jornais não é apenas perigoso e apavorante sob o aspecto moral: é

triste e vexatório como espectáculo dos nossos costumes.

Há garotos com menos de 10 anos, às centenas, afastados das escolas, entregues descuidadamente à rua, aos seus contágios, aos seus perigos, aos seus vícios e pràticamente promovidos, na escala das dificuldades da vida, ao desempenho da missão de chefe de família na parte em que êle se refere ao sustento do lar.

É o problema da criança uma das mais angustiosas questões dos tempos modernos. Mas é, também, uma das mais graves e difíceis situações de contrariedade para o turismo e para o prestígio da capital do país.

Acção social? Evidentemente. Mas também acção turística, se quisermos entender esta última não apenas limitada às amáveis indicações dos roteiros e ao arranjo da frívola *coquetterie* da cidade, mas também em perfeita e zelosa fiscalização de tudo o que tem importância verdadeira na categoria de Lisboa perante os olhos dos estranhos e o coração e a inteligencia dos alfacinhas.

Sôbre o problema do abastecimento de leite à cidade de Lisboa

pelo Dr. A. MONTEIRO DA COSTA

Vem de longe a preocupação dos povos consumirem bom leite, parcela, afinal, da bondade que se tem procurado assegurar a todos os alimentos; mas também de longue vem a insatisfação de lucros sem cuidar dos inconvenientes a que o consumidor fique sujeito.

É do conhecimento geral que muitas doenças têm origem na ingestão de alimentos impróprios, e os higienistas afirmam que a insalubridade da alimentação é o maior inimigo — o inimigo n.º 1 — da humanidade. Por isso, em países que contam higienistas e onde estes são ouvidos, a administração pública interessa-se grandemente pelo problema da alimentação e considera-o fundamental para o fortalecimento da raça e para a alegria de viver.

Nos Estados Unidos da América, o leite é tido como factor importante do desenvolvimento físico e intelectual, e ao pouco consumo de leite se atribuiu, em grande parte, a elevada percentagem de inaptos para o serviço militar, quando da grande guerra. Facto incontestado é, porém, ser o leite alimento complexo e completo, tão rico dos princípios mais variados de que o organismo carece, e tão bem equilibrado, que é chamado *alimento nobre*, *alimento vivo*. Por isso, só em casos excepcionais não é recomendável o uso do leite como alimento, e, até, um pouco de abuso; ponto é que seja bom leite, que seja leite sadio.

O leite, em conseqüência do seu aspecto físico e da sua riqueza química, é muito próprio para ser adulterado, e está sujeito a contaminar-se de variadíssimos micróbios.

Adultera-se o leite, por exemplo, pela adição de várias substâncias, tais como a água, o bicarbonato de sódio, etc., e o pouco escrúpulo tem chegado à adição de urina. Felizmente, os métodos de análise físico-química revelam as fraudes, e há leis para as reprimir. A garantia do público depende da lei de repressão, mas não depende menos da forma por que se efectuar a fiscalização.

Dos micróbios que podem contaminar o leite provêm uns das matérias fecais das fêmeas leiteiras, outros do ar, outros da própria glândula mamária, outros da água com que se lavam os recipientes em que se coloca o leite, outros dos indivíduos que praticam a ordenha e manipulam o leite, outros, ainda, de substâncias com que se falsifica o leite. Muitos dos micróbios que o leite pode conter são grandemente perigosos; averiguou-se que êste alimento produzido em más condições e manipulado impròpriamente foi causa de febre tifóide, de tuberculose, de diarreias graves, de intoxicações, etc.

Houve quem calculasse em 99% os leites conspurcados de matérias fecais, e em 1.000 quilos a quantidade de excrementos ingeridos, anualmente, com o leite, por 500.000 habitantes duma cidade. E averiguou-se que a maior parte do leite, ao entrar no consumo das cidades cujo abastecimento está longe de ser regulado, contém, por centímetro cúbico, mais de 1.00.0000 de bactérias, e, pelo menos, um coli-bacilo, ou sejam, respectivamente, por litro, 1.000.000.000 de bactérias e 1.000 coli-bacilos. Avaliar-se-á do significado dêstes números sabendo-se que as águas para consumo devem ter, por litro, menos de 1.000.000 de bactérias e menos de 10 coli-bacilos

No nosso país, o consumo do leite é diminuto, e, longe de haver indícios de aumento, antes se encontram determinantes de acentuada baixa. Quanto a qualidade, sob o aspecto bacteriológico, diz o Dr. Leonardo de Almeida, dos serviços médico-veterinários do Ministério da Agricultura, acêrca do leite de Lisboa, ba-

seado em análises recentes: em 96 amostras, 100 % são más pelo teor bacteriológico — amostras com mais de 10.000.000, e algumas com 100.000.000 de bactérias por centímetro cúbico — e são más ainda por terem coli-bacilo.

* * *

Leite de animais em perfeito estado de saúde, colhido com a máxima limpeza e, até, assèpticamente, contém sempre alguns micróbios, poucos e inofensivos. Mas, para que o leite entregue ao consumo seja sadio, é preciso, não só, que provenha de animais sãos, que haja sido colhido com o maior asseio, recolhido em recipientes impecàvelmente limpos e manipulado por forma a evitar contaminação, mas também que haja sido sujeito a baixa temperatura, para evitar que os poucos micróbios, que continha, se multipliquem e venham a alterá-lo, e que seja consumido o mais ràpidamente possível após a colheita. Quere dizer: raramente o leite é um alimento sadio, tanto em Portugal, como em França, como em Inglaterra, como em Itália, como na América, ou em qualquer outro ponto da Terra. Uma, duas, meia dúzia, um cento, mil vacarias poderão produzir magnífico leite e fornecê-lo imediatamente ao consumidor, mas a grande maioria dos produtores não tem condições para fornecer leite com satisfação das prescrições higiénicas, nem para o entregar imediatamente ao consumidor, e o consumo só em casos especiais pode seguir de perto a colheita.

Para evitar ao consumidor os males inerentes aos micróbios, e para que estes não alterem o leite, tem-se recorrido à esterilização do leite, ao leite condensado, ao pó de leite e à pasteurização do leite.

Acusam-se alguns dêstes leites preparados de sabor que nem a todos agrada, e, pior ainda, de não possuirem alguns elementos presentes no leite natural, preciosos para a alimentação, especialmente para a nutrição das crianças. Não obstante, muitos médicos eminentes preferem-nos, suprindo a falta de elementos de tais leites com outros produtos.

Pela pasteurização procura obviar-se a estes inconvenientes, e o processo tem sofrido sucessivos aperfeiçoamentos com o duplo objectivo de se conservarem as qualidades do leite cru e de se matarem os micróbios geradores de doenças, ficando vivos alguns micróbios que, se não forem em grande quantidade, até contribuem para a conservação do leite dentro de certas condições.

Como em tôdas as coisas que por serem demasiado complexas não são fàcilmente compreensíveis, há quem defenda e quem ataque a pasteurização.

Neste momento, em que tanto se tem falado de pasteurização do leite destinado ao abastecimento de Lisboa, vale a pena colocar aqui alguma coisa que possa esclarecer o público sôbre a confiança a ter em leite assim tratado.

Em 1923, na Inglaterra, o Dr. Beattie afirmou: «A pasteurização, tal como é feita comercialmente em Inglaterra, não destrói todos os germens de doenças comuns... O leite, aqui pasteurizado comercialmente, é muitas vezes infectante».

Na Bélgica, Kufferath exprimiu-se dêste modo: «A análise bacteriológica dos leites ditos pasteurizados mostrou que a sua maioria era detestável, pois encontraram-se 2.541.650 micróbios por centímetro cúbico e 60 % das amostras possuíam coli-bacilos e estreptococos».

São do Prof. Adam as seguintes palavras: «A pasteurização, não destruindo todos os germens, só é aplicável a leite sadio».

Em Alguns Estados da América do Norte, o leite pasteurizado destinado a adultos não pode conter mais de 100.000 germens por centímetro cúbico e o leite, antes de ser pasteurizado, não pode possuir micróbios em número superior a 1.500.000, mas, em Boston, não se permite que o leite a pasteurizar tenha mais de 750.000 germens, nem que, depois de pasteurizado, tenha mais de 50 000 por centímetro cúbico.

A pasteurização raro podendo fazer-se, dado o custo da instalação, etc., etc., em casa do produtor, há que refrigerar o leite logo em seguida à ordenha, até que entre no pasteurizador, até que chegue à oficina de pasteurização ou central leiteira, a-fim-de evitar que os micróbios contidos no leite se multipliquem; e há que refrigerar o leite pasteurizado pelo mesmo motivo, visto que o leite pasteurizado não é isento de micróbios, não é leite esterilizado.

O leite pasteurizado, ainda nas melhores condições, e engarrafado com os maiores cuidados, não se conserva por muito tempo; não é como certos vinhos que ganham qualidades com a velhice; não pode estar nas montras e nos balcões como está o vinho, o azeite, o feijão, a água (desde que não seja das Pedras, Vidago ou similares, sujeitas a alteração que, felizmente, leva à repugnância), etc.; ao contrário, altera-se dentro de curto prazo, sobretudo se não estiver a baixa temperatura.

O problema do leite higiénico foi ùltimamente encarado pelo Govêrno sob a modalidade da administração municipal. Assim, no Código Administrativo actual permite-se às Câmaras explorar industrialmente, por sua conta e risco, entre outros serviços, o que tenha por objecto «a higienização de produtos alimentícios, designadamente o leite».

Aos higienistas há-de ser muito difícel aceitar esta expressão tão vaga: «higienização...»; para êles, a solução é produzir alimentos higiénicos — entre êles o leite — e conservá-los até que sejam consumidos.

Pode ser que aquela «higienização do leite» diga respeito a leite esterilizado, pasteurizado, condensado, etc. E será recomendável que as Câmaras Municipais se envolvam em operações técnicas e comerciais tão delicadas? Quem fiscalizará o funcionamento das oficinas e os produtos?

Mais acertado parece que as Câmaras promovam o abastecimento de leite higiénico e exerçam a fiscalização que garanta a bondade do leite entregue ao consumo. Salvo melhor opinião, é isto que a população de Lisboa devia pedir ao Govêrno, em nome das criancinhas, em benefício dos doentes e de todos nós.

O problema do abastecimento de leite sadio à cidade de Lisboa é assaz complexo e delicado, mas não é insolúvel; emquanto se não resolve, é de aconselhar — para que o consumidor se garanta contra alguma coisa má — que ferva sempre o leite, logo que o receba, durante 10 minutos; que o consuma o mais ràpidamente possível; que, se houver de guardá-lo, o coloque no local mais fresco da casa; que volte a fervê-lo se houve, por tempo quente, de guardá-lo de manhã para a tarde, ou da tarde para a manhã seguinte, desde que não tenha frigorífero; e que o deite fora se tiver cheiro diferente do cheiro próprio do leite, ou se talhar.

5-IX-937.

LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS

SÉCULO XV

por JERÓNIMO MÜNZER

HÁ nesta cidade um monte muito elevado, e no alto dêle dois castelos reais, e por baixo dos castelos todo o monte é habitado, cheio de casas, de mosteiros e outras igrejas; tem a ocidente outro monte, todo habitado do lado oriental, e no meio uma grande planície até ao mar, tôda povoada. E' maior que Nuremberg e muito mais populosa, porque numa só casa há geralmente três, quatro ou cinco inquilinos. E são mais três cidades do que duas. Do lado de baixo do castelo, no sopé do monte, há para os Judeus três lugares, que à noitinha são fechados por completo. No sábado, véspera de St.º André, visitei a sinagoga dêles, e semelhante a essa nunca vi outra. Na sinagoga há um pátio coberto por uma videira enorme, cujo tronco tem de circunferência quatro palmos. Que lindo que é o recinto e a cátedra que há para prégar como nas mesquitas! Dentro da sinagoga estavam acesos 10 grandes lampadários com 50 ou 60 lâmpadas cada um, não falando ainda de outras. As mulheres tinham uma sinagoga separada, na qual havia também muitas lâmpadas acesas.

...Também os Mouros têm junto das muralhas da cidade, do lado de baixo do Castelo, o seu bairro e mesquita, na qual estivemos.

No monte em frente ao do castelo há um mosteiro de frades carmelitas tão bem construído pelo infante D. Henrique que mais parece um castelo. Eu subia à tôrre e comprazia-me em contemplar a parte da cidade que dali se vê. No mesmo monte há também o mosteiro da Santíssima Trindade e o dos Frades Menores, no qual vimos um grande crocodilo pendurado no côro e uma grande árvore chamada dragão, da qual corre sangue de drago, que é uma seiva avermelhada. Também no mosteiro de Santo Agostinho, que fica acima do Castelo, há três dessas árvores, e uma delas grande, sendo difícil a dois homens abarcar-lhe o tronco. E' uma árvore da altura dum pinheiro, repartindo-se no alto em muitos e grandes ramos, que têm internódios como a raiz do ácoro; e do último internódio sai um grande tufo de fôlhas carnudas e bastas, parecidas com as do ácoro ou da espadana, e um cacho grande e compacto como os das tâmaras, que tem muitas bagas do tamanho de avelãs. Essas bagas eram côr de limão; em Janeiro, porém, quando amadurecem, são doces e avermelhadas, mas não se comem muito nestas terras.

...No domingo, último dia de Novembro, fomos até uma milha de distância de Lisboa, a Santa Maria da Luz, que muita luz aí derrama com os seus milagres. Lá vimos o bico dum pelicano; é parecido com o bico do onocrótalo, embora menos largo. Essa ave tem um grande saco à altura do estômago; é mais pequena que o cisne e maior que o pato, e as suas penas em todo o corpo são cinzentas. Abunda na Guiné. Vimos também canas que a agitação do mar traz do lado do Oriente para as ilhas da Madeira e Faial. Vimos duas, uma das quais tinha 16 passos e era da grossura do meu pulso, sendo os internódios do comprimento duma braça; por isso creio no que diz Plínio da grandeza das canas, no livro 6.º — Vimos também pequenas lanças feitas de canas, com pontas muito aguçadas, lanças a que os Etíopes chamam azagaias. Vimos ainda arcos, hastes e pontas com pequenos ferros agudíssimos, tudo inteiramente de cana. Vimos àlém disso um crocodilo pequeno e também umas serras que são bicos de peixes muito grandes; essa espécie de serra é feita dum ôsso duríssimo, com que êsses peixes cortam os tabuões dos navios. Tinham as tais serras duríssimas

um palmo de largura e duas braças de comprimento.

No mesmo dia subimos ao Castelo e vimos dois fortíssimos leões, os mais bonitos que tenho visto. Vi também uma enorme e bem feita carta cosmográfica dourada; tinha 14 palmos de diâmetro. O castelo é bem um castelo real, com palácios, páteos e outras cousas.

... No pôrto de mar aparecem à venda em enorme abundância todos os comestíveis, grande quantidade de fruta, avelãs, nozes, limões, amêndoas, figos, etc. Quanto a maçãs, é impossível haver em maior quantidade: vi mais do que as que se costumam vender no outono e no princípio do inverno em Nuremberg.

Enorme variedade de peixes. De arenques, a que chamam sardinhas, e que são pescados em Setúbal, a quatro milhas de Lisboa, há tal quantidade que chegam para Portugal inteiro, Espanha, Roma, Nápoles e Constantinopla. E já não falo dos atuns, toninhas e outros peixes.

Na véspera de Santo André, por ordem do Rei, fomos levados à casa da Mina, que é uma casa grande no pôrto de mar na qual estão em enorme abundância mercadorias do Rei, que êle manda para a Etiópia. Vimos muitos panos matizados de várias côres, que êle manda vir de Túnis, e também tapetes, tela, caldeiras de cobre, bacias de metal, contas de vidro côr de limão e muitas outras cousas. Noutra casa vimos aquilo que é trazido da Etiópia: grãos do paraíso, muitos ramos e cachos de pimenta, de que nos deram bastantes, e também dentes de elefante. Quanto ao ouro, foi todo amoedado então: vem já fundido e preparado, e raras vezes trazem o seu minério, que é uma terra ruiva, em geral quási dourada.

...Vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinas, etc., e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderiamos supôr entre os Cicoples no antro de Vulcano. Depois vimos noutras quatro grandes casas inúmeras colubrinas muito grandes e lindíssimas, e também armas de arremêsso, escudos, couraças, morteiros, espingardas, arcos, lanças, tudo muito bem fabricado e em enorme abundância, sem falar do que em tôda a parte, por êsses mares fóra, se encontra espalhado pelos navios. Em comparação disto nada é o material de Nuremberg. Que enormes quantidades de chumbo, cobre, salitre e enxôfre! De tudo isso chegou uma quantidade extraordinária; nem admira, porque a Etiópia fornece muito ouro, e o rei é um homem de costumes lhanos, nada pródigo, e sabe tirar proveito de tudo. Do comércio marítimo deve êle tirar anualmente um lucro incrível.

Estávamos hospedados numa grande e bonita casa do Rei, habitação do sogro do Sr. Martinho da Boémia, chamado Job Hurder, de Bruges, homem nobre e capitão das ilhas do Faial e Pico, casado com uma senhora nobre, sensata e muito prendada, a qual me deu bolsas de almíscar de gazela e nos rodeou das maiores atenções. Essa casa fica numa grande praça, campo larguíssimo junto do convento de S. Domingos. Fomos muito bem tratados.

Meia milha abaixo de Lisboa há dois montes distanciados um quarto de milha um do outro; pela garganta que êles formam entra o mar em direcção a nascente até uma distância de 14 léguas, tendo três léguas de largura em alguns sítios, e menos em outros. Que férteis e bem povoadas são as margens dêsse braço de mar! São abundantíssimas em azeite, sal, e todos os frutos da terra. Junto de Lisboa os navios estão abrigados mesmo contra as maiores tempestades. Em frente de Lisboa, do lado do sul, há um monte bonito, tendo no alto um castelo, chamado outrora Almania, e hoje Almada por corrução da palavra, porque, no tempo em que os sarracenos ocupavam Lisboa, os alemães, inglêses e francèses, por amor da nossa religião, conquistaram-no, bloquearam o pôrto e fizeram-lhes grande mal. Para àlém do castelo real há uma igreja colegiada chamada de S. Vicente, onde estão sepultados os corpos de muitíssimos alemães e se mostram as caveiras dêles; são os que morreram quando os alemães cercaram Lisboa e a conquistaram aos sarracenos.

(1494)

(Do *Itinerário*, trad. de Basílio de Vasconcelos).

«AMIGOS DE LISBOA»

SÓCIOS EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 1937

1 — Abel Moutinho, jornalista
2 — D. Adelina Abranches, artista teatral
3 — Alberto Mac-Bride, médico
4 — Alfredo Guisado, advogado
5 — Alvaro Maia, professor
6 — Alvaro Rocha Cabral, engenheiro
7 — Alvaro Simões, engenheiro
8 — António de Almeida Belo, engenheiro
9 — António Baptista Carvalho, despachante
10 — António Couto, arquitecto
11 — António Ferro, jornalista
12 — António Maria Pereira, comerciante
14 — António dos Reis Silva Barbosa, médico
15 — António Rodrigues Cavalheiro, professor
16 — António S. Tavares Macedo, industrial
17 — Aprigio Mafra, jornalista
18 — Augusto Pinto, jornalista
19 — Augusto P. Celestino da Costa, médico
20 — Augusto Vieira da Silva, engenheiro
21 — Caetano Beirão da Veiga, professor
22 — Carlos Santos, engenheiro
23 — Diogo Sobral, engenheiro
24 — Durval Pires de Lima, professor
25 — Eduardo Faria, proprietário
26 — Eduardo José Ribeiro Rosa, comerciante
27 — Eduardo Neves, médico
28 — Erico Braga, actor
29 — Eugénio Mac-Bride, médico
30 — D. Fernanda G. G. Faria de Carvalho
32 — D. Francisco de Assis de Almeida de Mendia, engenheiro
33 — Francisco Valença, caricaturista
34 — Frederico G. G. Perry Vidal, advogado
35 — Gustavo de Matos Sequeira, publicista
36 — Henrique Adler, comerciante
37 — Henrique de C. Ferreira Lima, coronel
39 — Henrique Gomes da Silva, engenheiro
40 — Hugo Raposo, comerciante
42 — Jesuíno Ganhado, empregado do comércio
43 — João Carlos Simões Alves, médico
45 — João da Silva, escultor
46 — Joaquim Fontes, médico
47 — Joaquim Leitão, publicista
49 — Joaquim Roque da Fonseca, comerciante
50 — Jorge Colaço, pintor de arte
51 — José Araújo Correia, engenheiro
52 — José Artur Barcia, proprietário
53 — José de Ataíde, funcionário público
54 — José Augusto dos Santos, jornalista
55 — José Fernandes de Sousa, engenheiro
57 — José Pereira Coelho, coronel
58 — José Xavier Velasco C. Soares, proprietário
60 — Leitão de Barros, realizador cinematográfico
61 — Levy Marques da Costa, advogado
62 — Luiz Pastor de Macedo, comerciante
63 — Luiz Teixeira, jornalista
64 — Manuel Chaves Caminha, comerciante
65 — Manuel Hermenegildo Lourinha, comerciante
67 — Manuel V. Ferreira Andrade, funcionário público
69 — Mário de Sampaio Ribeiro, publicista
71 — Maurício de Oliveira, jornalista
72 — Miguel Trancoso, publicista
73 — Norberto de Araújo, jornalista
74 — Paulino Montez, arquitecto
75 — Pedro Bordalo Pinheiro, jornalista
76 — Quirino da Fonseca, of. da Marinha de Guerra
77 — D. Raquel Roque Gameiro Ottolini, escritora
78 — Raymundo Sérgio de Q. Mendonça, proprietário
80 — Rocha Martins, publicista
81 — Rogério de Figueiroa Rego, empregado do comércio
84 — Teodoro Lopes Ramos, empregado bancário
86 — Jorge Pereira da Gama, estudante
87 — Carlos Artur da Silva, médico
88 — José Perry de Sousa Gomes, engenheiro
89 — Jorge Lobo d'Avila Graça, proprietário
91 — António Monteiro da Costa, médico veterinário
92 — Armando Boaventura, jornalista
93 — Arnaldo Henriques de Oliveira, livreiro
94 — Hermano Martins Areias, industrial
95 — Fernando de Freitas Simões, médico
96 — Eduardo Schwalbach, jornalista
97 — João Baptista Mendes, funcionário público
98 — Ricardo P. da Costa Leite, engenheiro
99 — José Saraiva, professor de liceu
100 — Marques Braga, professor de liceu
101 — D. Maria Portugal, proprietária
102 — Eduardo F. do Nascimento, oficial do Exército
103 — Raul Mário Alves, empregado bancário
104 — Conde de Almarjão, proprietário
105 — Cesar da Fonseca, despachante oficial
106 — Albino Abranches, funcionário público
107 — Jaime Saraiva Lima, advogado
108 — José Baptista Pato, empregado de escritório
109 — Diamantino F. Tojal, construtor civil
110 — Eduardo da Cunha e Costa (Picoas), proprietário
111 — Xavier de Barros, professor de liceu
112 — Estevam Amarante, artista teatral
113 — Manuel Saraiva Vieira, engenheiro
114 — Ernesto António Camacho, comerciante
115 — Luiz de Bourbon Furtado M. Pita, proprietário
116 — José Alves Pires, comerciante
117 — Eduardo Correia Mendes, proprietário
118 — Francisco José C. da Cunha Leão, professor de liceu
119 — António Emídio Abrantes, engenheiro

120 — Carlos Tavares, advogado
121 — Joaquim da C. Guilherme Abreu, proprietário
122 — João F. Pinto Bastos, engenheiro
123 — Antônio Manuel Almodovar, professor de liceu
124 — Adriano Estrela, comerciante
125 — João dos Santos Simões, proprietário
127 — José Miguel de Oliveira e Silva, proprietário
128 — Carlos Marques de Sá, D. G. C.ª dos Tabacos
129 — Bernardo Eugénio A. Fernandes, comerciante
130 — Estanislau de Almeida, médico veterinário
131 — Luiz Supico Pinto, advogado
132 — António Monteiro, médico
133 — Júlio da Costa Pinto, empregado do comércio
134 — João de Saldanha O. de Sousa, engenheiro
135 — Jorge Bruno do Canto, proprietário
136 — Alvaro N. da Silva Pinto, comerciante
137 — Francisco S. O. Sulivand, desenhador
138 — Rafael de Castro, funcionário público
139 — Luiz Ferreira Lima, empregado dos C. de Ferro
140 — Luiz Forjaz Trigueiros, jornalista
141 — Miguel Victorino Pereira Garcia, oficial do Exérc.
142 — Pedro Rodrigues Costa, comerciante
143 — Henrique Linhares de Lima, oficial do exército
144 — José Cambraia, comerciante
145 — José da Cunha Monteiro, engenheiro
146 — Grêmio Lisbonense
147 — Associação Comercial de Lisboa
148 — Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa
149 — Associação Industrial de Lisboa
150 — Ateneu Comercial de Lisboa
151 — Luiz Simões Aurélio, empregado do comércio
152 — Maurício Cierco, empregado do comércio
153 — Caetano M. Soares de Oliveira, médico
154 — João Pereira da Silva, industrial
155 — Antônio Gorjão Henriques, proprietário
156 — Domingos de N. Morais P. de Oliveira Martins, empregado do comércio
157 — Bento José Esteves de Faria, empregado bancário
158 — João Antônio de Sousa Júnior, empregado bancário
159 — Armando Gonçalves, empregado do comércio
160 — Américo do Carmo Santa Marta, farmacêutico
161 — Adolfo Andrade, advogado
162 — José Ferreira de Almeida, médico
163 — Raúl Jorge Palma de Figueredo, médico
164 — Angelo Soares, industrial
163 — Eduardo José de Távora V. A. Miranda, jornalista
166 — José Rodrigues Simões, industrial
167 — Gabriel Ramires dos Reis, engenheiro
168 — Alvaro A. Ferreira da Cunha, fotografo
169 — Antônio Antão, comerciante
170 — Eduardo Fernandes, jornalista
171 — Luiz Xavier da Costa, médico
172 — Francisco José Martins, empregado bancário
173 — Joaquim Belford C. da Silva, funcionário público
174 — João Camilo Alves, comerciante
175 — Henrique Galvão, oficial do Exército
176 — Luiz Moita, publicista
177 — Alfredo B. da C. e Foyos Hardison funcionário público
178 — Luiz C. Lupi, jornalista
179 — Júlio Fernandes Soromenho de Alvito, funcionário público
180 — Mário Augusto Cabral, funcionário público
181 — Artur Alfredo Reis, proprietário
182 — João Mimoso Moreira, jornalista
183 — Antônio R. da Silva Sousa, jornalista
184 — Antônio Acácio Vaz, empregado bancário
185 — João Pereira da Silva Dias, professor da Univerdade
186 — Alvaro Pereira de Lacerda, comerciante
187 — Acácio Augusto Vilar, empregado de escritório
188 — Conde de Monte Real, proprietário
189 — Mário N. de Carvalho, proprietário
190 — Manuel Gonçalves de Carvalho, coronel
191 — Jean Demoustier, diplomata
192 — A. Botelho da C. Veiga, proprietário
193 — Antônio da Luz Lopes, guarda-livros
194 — Manuel Rodrigues, jornalista
195 — José de Almeida Araújo, engenheiro
196 — Alberto Robocho Costa, empregado do comércio
197 — Abílio da Silva Jorge, proprietário
198 — Conde de Rio Maior, oficial do Exército
199 — Raul Vieira, comerciante
200 — Agostinho Fernandes, industrial
201 — Paulo M. Ferreira, empregado bancário
202 — João F. Dantas empregado bancário
203 — Alvaro Ferreira, empregado bancário
204 — José de Almada Negreiros, pintor de arte
205 — Luiz Varela Aldemira, pintor de arte
206 — Jorge de Faria, jornalista
207 — Artur Portela, jornalista
208 — Norberto Lopes, jornalista
209 — Pedro Joyce, empregado bancário
210 — José R. Rodrigues Migueis, contabilista
211 — José da Cruz Filipe, médico
212 — Cosme Damião, empregado do comércio
213 — José Coelho Pacheco, oficial do Exército
214 — Artur Mendes de Almeida Távora, advogado
215 — Virgílio Saque, advogado
216 — Elias Lopes Rodrigues, proprietário
217 — Jorge das Neves Larcher, oficial do Exército
218 — José Luiz T. V. Moura Borges, comerciante
219 — Carlos Arruda Furtado, médico
220 — Laureano Prieto Domingues, comerciante
221 — Francisco Assis de Brito, médico
222 — Brito Rato, advogado
223 — Carlos L. de Aboim Inglez, engenheiro
224 — Rodrigo Soverino do V. Monteiro, engenheiro
225 — Raul de Aboim, escritor
226 — António José de Ávila Amaral
227 — José Martins Cameira, oficial do Exército
228 — Emissor Rádio Hertz SC — 1 AA
229 — F. Alves de Azevedo, funcionário público
230 — Eusébio Palmeirim, funcionário público
231 — Alfredo Pereira Caçador, almirante
232 — Victor Manuel Filol, funcionário público
233 — Henrique de Sousa Lobo, comerciante
234 — Francisco Antônio da S. Costa, empregado bancário
235 — José Gonçalves Santa Rita, professor

236 — Manuel M. Novais Ataíde, empregado de escritório
237 — Joaquim Campos, ourives
238 — Alvaro de Oliveira Pais, comerciante
239 — Antônio Júlio C. Fernandes, professor
240 — Estefânio de Oliveira Domingues, solicitador
241 — João Ubach Chaves, advogado
242 — Pedro da Cunha Santos, funcionário público
243 — Manuel B. dos Santos, despachante
244 — Antônio Soares Franco, advogado
245 — Rutilio Tábuas Rodrigues, empregado do comércio
246 — Fernando Teixeira, jornalista
247 — João Carlos Alves, engenheiro
248 — Adelino da Palma Carlos, advogado
249 — Paulo Menano, juiz de Direito
250 — Conde de Mendia, engenheiro
251 — José de Paiva Boléo, médico
252 — Roberto de Almeida, médico
253 — Joaquim M. do Amaral, oficial do Exército
254 — Miguel de Faria, médico
255 — Manuel de Vasconcelos, médico
256 — Raul Pena e Silva, funcionário público
257 — Antônio X. Correia Barreto, general
258 — Profírio Pardal Monteiro, arquitecto
259 — Ernesto Empis, empregado do comércio
260 — Frederico de Matos, funcionário público
261 — Francisco Gentil, médico
262 — Alfredo Brazião Alves, guarda-livros
263 — Mário Pinheiro Chagas, advogado
264 — Alberto de Castro Ferreira, oficial da Marinha de Guerra
265 — João Guilherme Costa, comerciante
266 — Virgílio Castelo Branco, comerciante
267 — José de Almeida Euzébio, advogado
268 — J. S. Vieira, empregado do comércio
269 — Alberto Augusto Osório, almirante
270 — Jean Voetelink, banqueiro
271 — José Jacinto Júnior, proprietário
272 — Joaquim Luiz Ribeiro, comerciante
273 — Augusto de Melo Nogueira, engenheiro
274 — Antônio Soares, pintor de arte
275 — Alberto Gomes, inspector
276 — Augusto da Silva Neves, empregado bancário
277 — Henrique Parreira, médico
278 — Norberto da Silva Quilhós, empregado bancário
279 — João Marques Pereira, gerente bancário
280 — Francisco Benard Guedes, médico
281 — Emídio dos Santos Vicente, professor de liceu
282 — Adelino Nunes, arquitecto
283 — Joaquim N. dos Santos Silva, comerciante
284 — Italo Rizzeti, engenheiro
285 — Henrique Neto, empregado do comércio
286 — Francisco de P. Dutra Faria, estudante
287 — Carlos Dubini, ponto de teatro
288 — Luiz Guedes da Silva, comerciante
289 — Raul Eloy de Jesus Pereira, comerciante
290 — Baltazar Carlos Moser, proprietário
291 — D. Amélia de Oliveira Gomes, proprietária
292 — Domingos da Gama Garcia, despachante
293 — Fernando Carvalho Mourão, engenheiro
294 — Domingos Bertrand, industrial
295 — Francisco H. Gois, juiz de Direito
296 — Eugénio de Carvalho Silva, notário
297 — José Pais Borges, comerciante
298 — Fernando Serdelo do Nascimento, notário
299 — Antônio Lopes Ribeiro, realizador cinematográfico
300 — Armando de Lucena, professor
301 — Artur de Campos Figueira, advogado
302 — Jorge de Oliveira Esteves, oficial da Marinha de Guerra
303 — Pedro Roberto Chaves, médico
304 — D. Amélia Rey Colaço, actriz
305 — D. Maria Tereza
306 — Francisco S. A. Margiochi, engenheiro
307 — Leonel Correia, cirugião dentista
308 — Paiva de Magalhãis, oficial do Exército
309 — Manuel Oscar de F. B. Galvão, professor
310 — Castelo Branco Chaves, publicista
311 — Artur Rafael Dias Neves, empregado de escritório
312 — Braz Nogueira, médico
313 — João Castilho, advogado
314 — Silvério Ferreira Gomes e Costa, médico
315 — D. Hilda Magano Matos, doméstica
316 — D. Maria Amélia H. Ferreira de Melo, doméstica
317 — Manuel Fernandes Costa, oficial do Exército
318 — Domingos de Freitas, oficial do Exército
319 — Reis Martins, professor veterinário
320 — Antônio Domingos Correia Gomes, proprietário
321 — Manuel Maria, jornalista
322 — Antônio Máximo de Assumpção, guarda-livros
323 — Helio Brito Reis, empregado do comércio
324 — Augusto de Castilho, estudante
325 — Joaquim Marques, empregado do comércio
326 — Pedro P. da Câmara Leme, funcionário público
327 — Leopoldo Roque da Fonseca, industrial
328 — João Antônio Baptista Gomes, estudante
329 — Alvaro de Oliveira Santos Lima, engenheiro
330 — Fernando de Lencastre, empregado do comércio
331 — Américo de Freitas Mota Marques, empregado de seguros
332 — Frederico S. Mamede, proprietário
333 — Eduardo Dias Ferreira, diplomata
334 — Amador D. Dominguez, comerciante
335 — Amador Rubiños Dominguez, empregado do comércio
336 — José Maria da Pena e Costa, empregado bancário
337 — José E. Sobral Fernandes, empregado do comércio
338 — Laureano Dominguez, comerciante
339 — R. Simões e Costa, agente de publicidade
340 — Victor José de Figueiredo, comerciante
341 — Alberto Hipólito P. de Araújo, oficial do Exército
342 — Emídio J. Gomes Rosa, empregado bancário
343 — Ligório Silvestre da Silva, proprietário
344 — Antônio Sardinha D. Ferreira, funcionário público
345 — Benevenuto Vito Veloso, empregado do comércio
346 — Robles Monteiro, artista dramático
347 — Antônio Sobral, comerciante
348 — Afonso Zuzarte Mendonça, engenheiro
349 — Alfredo Augusto dos Reis, empregado bancário
350 — Mário Braga, empregado bancário
351 — Luiz Augusto Palmeirim, jornalista

352 — Fernando O. Pizzarro de S. e Melo, advogado
353 — D. Izabel de Melo Freire, doméstica
354 — Armando Pires de Lima, engenheiro
355 — Heitor C. Ferreira, empregado bancário
356 — José Menezes Correia de Sá, estudante
357 — Mário Lúcio, empregado de escritório
358 — Cândido de Oliveira, médico
359 — Heliodoro José Soares Lopes, escriturário
360 — Antônio da Costa Rodrigues, oficial da Marinha de Guerra
361 — Ruy Teles da Silva Palhinha, notário
362 — Carlos Machado Ribeiro Ferreira, engenheiro
363 — Artur Lopes Sequeira, médico
364 — Constantino de Carvalho, engenheiro
365 — Luiz Fernandes de Sousa, engenheiro
366 — José Filipe Rebêlo Pinto, engenheiro
367 — Hugo Pinto Morais Sarmento, engenheiro
368 — Francisco da Ponte e Horta Gavazzo, empregado do comércio
369 — Possidônio Rodrigues da Costa, comerciante
370 — Bento Gomes, comerciante
371 — José Pires Cardoso, comerciante
372 — Artur Garcia de Carvalho, funcionário público
373 — Alvaro Manuel dos Santos Silva, funcionário público
374 — Bernardo F. de Carvalho, funcionário público
375 — Fernando de Matos, funcionário público
376 — D. Julieta de Freitas Galvão
377 — Marcelo Caetano, professor da Faculdade de Direito
378 — J. Sonate, proprietário
379 — João Nepumuceno Cardoso Oliveira, comerciante
380 — Joaquim Magalhães Diogo, comerciante

RESUMO POR PROFISSÕES

Advogados	18	Farmacêuticos	1
Agentes de publicidade	1	Fotógrafos	1
Arquitectos	4	Funcionários públicos	22
Artistas teatrais	6	Guarda-livros	3
Banqueiros	1	Industriais	8
Caricaturistas	1	Inspectores	1
Comerciantes	41	Jornalistas	25
Constructores civis	1	Juizes de direito	2
Contabilistas	1	Médicos	31
Desenhadores	1	Médicos veterinários	2
Despachantes oficiais	4	Notários	4
Diplomatas	2	Oficiais do Exército	16
Emissoras de T. S. F.	1	Oficiais da Marinha de Guerra	6
Empregados bancários	23	Pintores de arte	4
Empregados do comércio	21	Professores	17
Empregados de escritório	10	Proprietários	27
Engenheiros	36	Publicistas	7
Estudantes	4	Realizadores cinematográficos	2
Escultores	1	Solicitadores	1